Brasil pressiona por FIM dos FÓSSEIS

País apresenta documento propondo a transição energética gradual, até a eliminação de petróleo, gás natural e carvão. Embora não vinculante, a proposta prevê metas nacionais e cronograma para o fim do uso de combustíveis poluentes

» PALOMA OLIVETO

AFP



Cumprimentado pelo presidente da Turquia, Luiz Inácio Lula da Silva discursa, hoje, no encontro de líderes da COP31 e deve insistir na necessidade de se abandonar os combustíveis fósseis

Com o respaldo do secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, o Brasil defendeu a criação de um plano mundial para orientar a transição energética e eliminar progressivamente os combustíveis fósseis. A proposta, apresentada em Antália, na Turquia, é um dos temas mais controversos das negociações da cúpula climática da Organização das Nações Unidas, a COP31, e inclui pontos como o fim dos subsídios estatais ao petróleo, ao gás natural e ao carvão (**veja quadro**). O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, recebido ontem pelo presidente Recep Tayyip Erdogan, deve voltar ao assunto hoje, quando discursa no encontro de líderes.

Segundo cientistas, os combustíveis fósseis são os principais motores das mudanças climáticas. Porém, os grandes produtores mundiais não estão dispostos a reduzir significativamente seu uso — na segunda-feira, o próprio anfitrião da COP31 comemorou a descoberta de dois novos campos petrolíferos em Gabar, no sudeste do país. Apesar de defender a eletrificação da economia, com adoção de fontes renováveis, a Turquia prefere não estabelecer compromissos específicos para diminuir o uso dos derivados de petróleo.

O Brasil, que sediou a COP30, em Belém (PA), aposta na transição energética, visando a descarbonização do setor de combustíveis, com a estipulação de metas. O documento, não vinculante, foi elaborado após consultas a governos e empresas, iniciadas na conferência do ano passado. Segundo o *Mapa do Caminho Internacional da Presidência da COP30 sobre a Transição para o Afastamento dos Combustíveis Fósseis nos Sistemas Energéticos*, a intenção é "oferecer uma estrutura de referência para que cada nação desenvolva seu próprio planejamento de transição energética, considerando as condições econômicas, sociais e ambientais locais".

Impasse

A iniciativa surgiu como resposta a um impasse surgido na COP30, quando países produtores de petróleo, liderados pela Arábia Saudita, resistiram à inclusão de compromissos mais explícitos sobre a eliminação dos combustíveis fósseis no texto final da conferência. O resultado foi considerado um retrocesso diplomático em relação à COP28, realizada em Dubai, em 2023, quando as nações concordaram, pela primeira vez, em avançar na transição energética com metas claras em relação aos hidrocarbonetos.

Ontem, o Brasil demonstrou que pretende manter o tema no centro das negociações, aproveitando o impulso da 1ª Conferência Internacional sobre Transição para Longe dos Combustíveis Fósseis, em abril deste ano, na Colômbia. Na ocasião, cerca de 60 países se reuniram fora da estrutura formal da ONU para discutir caminhos para a eliminação gradual do petróleo, gás natural e carvão.

O secretário-geral da ONU pediu, em um evento no plenário da COP31, que os demais signatários do Acordo de Paris aproveitem o documento brasileiro para elaborar as estratégias nacionais de transição. Segundo Guterres, as medidas precisam levar em conta as diferenças entre nações importadoras e produtoras de petróleo e gás. "Os países importadores devem reduzir sua exposição, ampliando o acesso a energias limpas. Os produtores devem diversificar suas economias", disse. Aplaudido pelos participantes, ele ressaltou ainda que os planos nacionais precisam estabelecer cronogramas, responsabilidades e financiamento.

O chefe da ONU para a Mudança Climática, Simon Stiell, também manifestou apoio à proposta brasileira e destacou os benefícios econômicos da transição energética diante da instabilidade internacional. "As energias renováveis podem reduzir a exposição aos preços voláteis dos combustíveis fósseis", afirmou, em referência à crise relacionada à guerra do Irã, que chegou a influenciar a emissão de CO2 em 2026 (**leia mais nesta página**).

Para a mexicana Patricia Espinosa, enviada especial da presidência brasileira da COP30 para a América Latina e o Caribe, o documento representa uma mudança importante na discussão internacional. O texto, segundo ela, desloca o debate da necessidade de realizar a transição para as formas de concretizá-la. "É um primeiro passo crucial", avaliou.

O evento em defesa da iniciativa brasileira contou ainda com a participação do democrata John Kerry, ex-enviado especial dos Estados Unidos para o clima. Representantes de países como Nigéria, Reino Unido e Alemanha também manifestaram apoio ao documento. A diretora-executiva da COP30, Ana Toni, pediu que os governos não adiem a elaboração de estratégias para reduzir a dependência dos combustíveis fósseis. "Estejam onde estiverem, comecem agora e não esperem", destacou.

Mapa da transição

» A proposta entregue por representantes do governo brasileiro à presidência da COP31 tem como principais diretrizes:

» Fim de subsídios: revisão e eliminação de subsídios estatais destinados aos combustíveis fósseis.

» Diversificação da matriz: planejamento para uma transição ordenada na produção de petróleo, carvão e gás, adaptada à realidade e aos diferentes estágios de desenvolvimento de cada país.

» Fases e metas: roteiro estruturado para direcionar as nações ao objetivo do Acordo de Paris de conter o aquecimento global em 1,5°C, com horizonte de eliminação gradual até 2050.

» Acompanhamento de riscos: inclusão de indicadores para mensurar riscos.

CRONOGRAMA

2027–2028: primeira fase, concentrada no fortalecimento das instituições e no planejamento de longo prazo. Inclui elaboração de roteiros nacionais, coordenação entre governos e setor privado e redução das emissões de metano.

2029–2030: segunda fase, voltada aos sinais de mercado e aos fluxos financeiros. Prevê alinhamento de incentivos fiscais e gastos públicos, ampliação da transparência, contabilização de carbono, taxonomias sustentáveis e planejamento territorial.

2031–2033: terceira fase, concentrada na transformação física dos sistemas energéticos. Inclui expansão das redes elétricas, armazenamento de energia, interconexões, eletrificação, eficiência energética, diversificação da oferta e ampliação de tecnologias de baixa emissão.

Fonte: *Mapa do Caminho Internacional da Presidência da COP30 sobre a Transição para o Afastamento dos Combustíveis Fósseis nos Sistemas Energéticos*

Palavra de especialista

WWF-Brasil/Divulgação



Desde a COP28, o mundo reconhece a necessidade de fazer a transição para o fim dos combustíveis fósseis. Agora, precisamos transformar esse compromisso em implementação. Isso significa estabelecer estratégias, identificar barreiras, mobilizar investimentos e definir ações concretas para acelerar essa transformação ainda nesta década. Metas como triplicar a capacidade de energia renovável até 2030 e alcançar pelo menos 35% de eletrificação até 2035 são fundamentais, mas precisam estar conectadas a uma estratégia mais ampla de redução da dependência de petróleo, gás e carvão.

ALEXANDRE PRADO, líder de mudanças climáticas no WWF-Brasil

Crescente

Enquanto o Brasil tenta avançar na construção de um roteiro global para a redução dos combustíveis fósseis, a presidência turca da COP31 promove uma iniciativa paralela, voltada à eletrificação da economia mundial. A abordagem não prevê metas de eliminação dos recursos baseados em petróleo, embora inclua a adoção crescente de fontes renováveis.

A presidência da COP31 quer reunir adesões a um compromisso voluntário para ampliar a participação da eletricidade no consumo energético global. A meta é alcançar 35% até 2035, ante os atuais 23%. A proposta prevê a expansão das fontes renováveis, como solar e eólica, e o incentivo ao transporte descarbonizado. O texto turco ressalta que cada nação "mantém plena autoridade para determinar suas próprias políticas de eletrificação". Países como Noruega, Paquistão e Etiópia se manifestaram favoravelmente à iniciativa.

Para o diretor-geral de Planejamento e Coordenação Energética do Ministério da Transição Ecológica da Espanha, Víctor Marcos, a eletrificação precisa estar necessariamente associada à expansão das fontes renováveis. "Há um compromisso que gostaríamos muito mais de firmar. Pensando na COP28 (de Dubai, em 2023), um compromisso que fale em eletrificar, mas não de qualquer maneira e a qualquer preço, e sim eletrificar com renováveis", afirmou à agência de notícias France Presse (AFP).

Guerra no Irã reduz emissões

Amirhossein Khorgooei/ISNA/AFP



Estreito de Ormuz, no Irã: conflito contribuiu para a queda de CO2

As emissões globais de CO2 provenientes de combustíveis fósseis deverão diminuir 0,4% em 2026, impulsionadas pela expansão da energia solar e eólica e pelo conflito com o Irã, segundo um novo estudo do Global Carbon Project, da Universidade de Exeter, no Reino Unido. O documento Orçamento Global de Carbono prevê o lançamento de 38,2 bilhões de toneladas de dióxido de carbono originados de petróleo, gás natural e carvão.

Segundo o relatório, publicado simultaneamente com um artigo na revista *Nature Climate Change*, as emissões provenientes do petróleo caíram 1,9%, provavelmente como resposta de curto prazo ao choque energético desencadeado pelo conflito com o Irã. O texto também destaca que o crescimento da energia limpa ainda não é suficientemente rápido para uma redução duradoura das emissões globais de CO2 originadas de combustíveis fósseis.

Com a previsão de um ligeiro aumento nas emissões devido à mudança no uso da terra (como o desmatamento) neste ano, o total de CO2 lançado na atmosfera deve chegar a 43,3 bilhões de toneladas, um aumento em relação aos 42,8 bilhões de toneladas de 2025. O orçamento de carbono restante (a quantidade de CO2 que pode ser emitida antes que o aquecimento atinja 1,5°C acima dos níveis pré-industriais) é agora de 150 bilhões de toneladas — o equivalente a menos de quatro anos de emissões na taxa atual.

"Uma queda nas emissões de CO2 fóssil é encorajadora, mas uma redução impulsionada em parte por choques geopolíticos não é uma solução climática sustentável", disse, em um comunicado, Pierre Friedlingstein, diretor do Escritório de Orçamento Global de Carbono da Universidade de Exeter, que liderou o estudo. "A resposta a longo prazo continua sendo a rápida implantação de tecnologias de energia limpa."

"A mensagem é clara: o orçamento de carbono para 1,5 °C está quase esgotado, e a captura de CO2 contribui cada vez menos para compensar as emissões anuais", comenta María José Saenz, diretora científica do Centro Basco para as Alterações Climáticas, que não participou do estudo. Para a especialista, embora "encorajadora", a queda nas emissões projetada para 2025 não é garantia de reversão de tendência. "Os próprios autores alertam que uma queda em um único ano não constitui um pico e que os níveis de CO2 na atmosfera continuam a subir." (**PO**)